**CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA - ASCES/UNITA**

**BACHARELADO EM DIREITO**

**UMA ANÁLISE DA RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO A PARTIR DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL**

**NATHÁLIA FERNANDES DIAS**

**CARUARU**

**2018**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA - ASCES/UNITA**

**BACHARELADO EM DIREITO**

**UMA ANÁLISE DA RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO A PARTIR DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL**

**NATHÁLIA FERNANDES DIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Centro Universitário Tabosa de Almeida - ASCES/ UNITA, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientadora: Professora Paula Rocha

**CARUARU**

**2018**

**RESUMO**

O sistema penitenciário brasileiro sofre com a superlotação há décadas, superlotação essa que causa muitos transtornos, diretamente, aos detentos e, indiretamente, a sociedade, que vem sofrendo bastante com o aumento da violência. A pesquisa tem como escopo apresentar quais os problemas e quais as soluções trazidas pela ressocialização, se ela serve ao seu propósito ou se não traz resultados eficazes. O trabalho tem como objetivo principal fazer uma análise sobre a ressocialização do apenado no Brasil, qual a função da pena e sua importância para a ressocialização do detento, as dificuldades que o apenado enfrenta dentro do sistema prisional e qual o impacto que a ressocialização causa à sociedade.

**Palavras-chave:** Ressocialização; Sistema prisional brasileiro; Apenado; Pena privativa de liberdade; Penitenciária.

**ABSTRACT**

The Brazilian penitentiary system suffers from overcrowding for decades, overcrowding that causes many disorders, directly, to inmates and, indirectly, to society, which has been suffering a lot with the increase of violence. This research aims at presenting what problems and what solutions are brought by resocialization, whether it serves its purpose or does not yield effective results. The main objective of this study is to analyze the resocialization of the prisoner in Brazil, what is the role of punishment and its importance for the detainee's resocialization, the difficulties that the prisoner faces within the prison system and what impact resocialization causes society.

**Key-words**: Resocialization; Brazilian prison system; Convicted; Private penalty of freedom; Penitentiary.

**LISTA DE FIGURAS**

[Figura 1: Unidades com e sem módulo de saúde. 13](#_Toc2186510)

[Figura 2: Pessoas privadas de liberdade no Brasil em Junho de 2014. 15](#_Toc2186511)

[Figura 3: Média de presos que têm acesso à educação dentro das unidades prisionais. 18](#_Toc2186512)

[Figura 4: Pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades educacionais. 19](#_Toc2186513)

**SUMÁRIO**

[1. INTRODUÇÃO 7](#_Toc2181098)

[2. FUNÇÃO DA PENA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO 9](#_Toc2181099)

[2.1 DA EVOLUÇÃO DA PENA 9](#_Toc2181100)

[2.2 DA FUNÇÃO DA PENA 10](#_Toc2181101)

[3. O SISTEMA PRISIONAL PRECÁRIO DO BRASIL E A DIFICULDADE DA RESSOCIALIZAÇÃO DO DETENTO 11](#_Toc2181102)

[3.1 DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE 12](#_Toc2181103)

[3.2 DA VIOLÊNCIA DENTRO DAS UNIDADES PRISIONAIS 14](#_Toc2181104)

[4. COMO A POLÍTICA DE RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO AFETA A SOCIEDADE 17](#_Toc2181105)

[5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 23](#_Toc2181106)

# **INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem como finalidade analisar a ressocialização do apenado no sistema prisional brasileiro, a partir da revisão de literatura de obras e levantamento de dados sobre o tema em questão, sites nacionais e internacionais, bem como revistas e da legislação vigente. Para identificar quais os benefícios e quais os malefícios, tanto para a sociedade como para o próprio apenado. E o que o governo e a sociedade fazem para contribuir, ou não, na ressocialização do apenado.

O sistema prisional brasileiro está longe de ser adequado para ressocialização dos indivíduos reclusos. Em várias penitenciárias é comum ver detentos vivendo de forma subumana e recebendo tratamento inadequado, que vai de encontro com preceitos constitucionais fundamentais.

Será tratada a evolução da pena até o surgimento da pena de prisão, que antes não existia como uma forma de punição definitiva, apenas como forma de manter o indivíduo sob custódia até a saída da sentença e sua execução, que era baseada na pena de suplício. Essa pena já foi aplicada de diferentes formas através dos séculos. O infrator podia ser preso, torturado, escravizado e até morto. Isso era tido como justiça, mas, no íntimo, era uma forma de vingança. Com a evolução da humanidade, esse tipo de pena, no estilo olho por olho, dente por dente, deixou de existir. E passa a ser aplicada, como punição máxima, pelo menos no Brasil, a pena privativa de liberdade.

 Também será tratado a respeito da função da pena, quais as principais teorias a esse respeito, o que cada uma defende, qual a teoria adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro e qual o reflexo dela.

Segundo a legislação vigente, é responsabilidade do Estado a ressocialização do indivíduo condenado por sentença criminal transitada em julgado. A partir disso, existem algumas obrigações que o Estado deve, ou pelo menos deveria, cumprir. A partir do momento que um indivíduo perde o seu direito constitucional a liberdade e é recluso em uma penitenciária, o Estado precisa garantir sua subsistência, como também garantir que ele volte ressocializado para o convívio em sociedade.

 A LEP traz em seu texto quais são as medidas que devem ser tomadas para que ocorra essa ressocialização. Primeiro é necessário oferecer uma vida digna a esses indivíduos, fazer com que, mesmo dentro da penitenciária, eles tenham acesso a um tratamento humanizado, tenham assistência médica e jurídica. Para que a ressocialização aconteça é necessário que os apenados tenham acesso à educação, além da possibilidade de trabalho dentro da unidade prisional, considerando o trabalho, neste caso, como um elemento fundamental na obtenção de valores morais e materiais.

Nesse contexto serão demonstrados quais os direitos dos detentos, de acordo com a LEP e a Constituição Federal de 1989, como eles são colocados em prática dentro das penitenciárias brasileiras e se eles são relevantes para a ressocialização do apenado.

O presente estudo é de extrema importância, levando em consideração os altos índices de violência no Brasil. A ressocialização do apenado é extremamente relevante para que os egressos do sistema prisional não voltem a reincidir no crime e, consequentemente, diminuir os índices de violência no país.

Foi utilizada, no presente trabalho, a metodologia de pesquisa bibliográfica, onde foi feito um estudo através de coleta de dados preexistentes. E a partir disso, foi feita uma análise sobre a situação problema que é o caso da ressocialização no Brasil.

O tipo de abordagem adotada foi a abordagem quantitativa, através da qual foi possível obter informações acerca dos aspectos dinâmicos e subjetivos, como o comportamento, expressões e demais características que pudessem ser observadas durante o estudo.

# **Função da pena e sua importância para a ressocialização do apenado**

## **2.1 Da evolução da pena**

É quase que impossível saber qual a origem da pena, pois, até onde se sabe ela é tão antiga quanto a humanidade. Na antiguidade não existia a pena de prisão, a prisão era usada, apenas, para que o delinquente aguardasse a sentença de seu crime e sua execução. As penas utilizadas, à época, eram as penas de suplício, onde a punição recaía sobre o corpo do indivíduo (BITENCOURT, 2011, p. 28).

A privação da liberdade, como forma de pena, só passou a ser utilizada a partir do século XVIII, quando é adquirido relevo às complicações legais da época dos princípios humanísticos de correção e moralização dos delinquentes por meio da pena (BITENCOURT, 2011, p. 28). Hoje ela é vista como um mal necessário.

No ordenamento jurídico brasileiro, existem três tipos de penas, são elas: a pena de multa, restritiva de direitos e privativa de liberdade. A aplicação da pena privativa de liberdade, em regra, deve ser a *ultima ratio*, que significa último recurso. Apesar de dever ser tratada como último recurso, é comum ver que na prática isso não acontece, tendo em vista que na maioria dos casos os indivíduos são sentenciados a pena privativa de liberdade, pode-se chegar essa conclusão a partir do levantamento de dados feito pelo INFOPEN (2014), onde é possível ver que quase metade da população carcerária é de presos provisórios. Esses casos de prisão provisória, onde o detento ainda não foi julgado, mas, aguarda a sentença detido, chegam a 41% da população carcerária (INFOPEN, 2014), a partir dessa informação é exequível perceber que a prisão, pelo menos no Brasil, não é tratada como último recurso, tendo em vista que é comum ver prisões preventivas decretadas sem atingir os critérios necessários para que essa medida seja tomada. De acordo com o artigo 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva só pode ser decretada quando for para “garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria”. Em muitos dos casos em que é decretada prisão preventiva, os critérios que trata o artigo acima mencionado não são atingidos.

Bitencourt (2006, p. 3) defende que:

As penas privativas de liberdade são adequadas aos sujeitos que cometeram efetivamente crimes mais graves, aqueles indivíduos perigosos considerados como de difícil recuperação, neste caso a ressocialização deve acontecer dentro do complexo penitenciário.

Bitencourt (2006) defende que a pena privativa de liberdade seja aplicada, apenas, nos casos em que forem cometidos crimes mais graves, quando não for esse o caso o correto seria que fosse aplicada outra pena que não a privativa de liberdade.

## **2.2 Da função da pena**

Existem várias teorias que tratam a respeito das funções da pena, porém, as mais utilizadas foram, e são, a teoria retributiva, preventiva geral, preventiva especial e mista.

Para a teoria retributiva, como o próprio nome diz, a pena tem a função de retribuir ao indivíduo o mal que ele causou a terceiro, então, nessa teoria a pena tem como função, única e exclusivamente, retribuir o mal que foi causado pelo delinquente, a ressocialização do detendo, aqui, não era preocupação.

Essa teoria era utilizada no Estado absolutista, onde todo poder emanava de um pessoa, que era o rei.

Afirma-se, então, que a teoria em análise possui as seguintes características: 1ª) aplica um castigo; 2ª) a posição da vítima é secundária; 3ª) representa o poder do Estado (JESUS, 2000, p. 25).

A teoria retributiva visa apenas punir o indivíduo que descumpriu determinada norma, e essa punição deve ser de forma proporcional ao dano causado.

Já na teoria preventiva, tanto a geral como a especial, e como o próprio nome diz, tem como principal objetivo prevenir o crime, evitar que ele ocorra. Na teoria da prevenção geral a função da pena é mostrar para a sociedade que o crime não compensa. A intenção é coagir a sociedade a não cometer crimes, tornando visível para ela que uma vez que a lei é desrespeitada, o indivíduo que a desrespeitou sofrerá uma sanção penal. De acordo com Galvão (2006):

Diante disso, para assegurar o poder estatal e fazer com que os cidadãos respeitem as disposições legais, o Estado aplica a pena como sendo um desestímulo à prática criminosa.

Essa teoria não tem o objetivo de ressocializar e preocupa-se mais em mostrar para a sociedade que o crime não compensa.

A teoria da prevenção especial, ao contrário da geral, tem como foco principal o indivíduo que descumpriu a lei, a finalidade é evitar que ele reincida no crime.

Outra teoria bastante utilizada é a teoria mista, unificadora, da união ou eclética. Para essa teoria a função da pena não é exclusivamente preventiva, nem exclusivamente retributiva, mas a reunião das duas teorias. Para GALVÃO (2007):

A pena justifica-se, ao mesmo tempo, pela retribuição da culpabilidade do agente, pela necessidade de promover a sua ressocialização, bem como pela intenção de prevenção geral, (…).

De acordo com o artigo 59 do Código Penal Brasileiro, a teoria adotada no Brasil é a teoria mista. O mencionado artigo traz em seu *caput* que o juiz, para decidir qual pena deve ser aplicada, deve ter como base a reprovação e a prevenção do crime. É possível verificar a influência dessa teoria, também no artigo 1º da 7.210 de 1984 (Lei de Execução Penal).

# **O sistema prisional precário do Brasil e a dificuldade da ressocialização do detento**

A ressocialização tem como objetivo preparar o detento para retornar à vida em sociedade, fazendo com que ele não volte a reincidir na vida do crime. A ressocialização deve começar dentro do presídio, com os detentos recebendo tratamento adequado e desenvolvendo atividades, para que mais tarde possam voltar à vida em sociedade. Tendo em vista que a partir do momento que o indivíduo é recluso no sistema penitenciário passa a ser tutelado pelo Estado, e passa a ser deste a obrigação de responsabilizar-se por aquele.

Os indivíduos, uma vez dentro do sistema prisional, têm direitos e deveres, esses são previstos na lei de nº 7.210 de 1984, a Lei de Execução Penal, que em seu artigo 10, traz que:

A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso.

No dispositivo acima é possível ver que o Estado traz para si a responsabilidade de assistir o detento e orientá-lo em relação ao seu retorno a sociedade. Indo para a prática, é possível observar que isso não acontece e que a realidade dos presídios é bem diferente do que prevê a lei. Por exemplo, o artigo 12 da Lei de Execução Penal aduz o seguinte:

A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.

É possível chegar à conclusão de que esses direitos dos detentos não são respeitados, que esses vivem em condições subumanas e que as cadeias brasileiras não cumprem suas funções.

## **3.1 Da assistência à saúde**

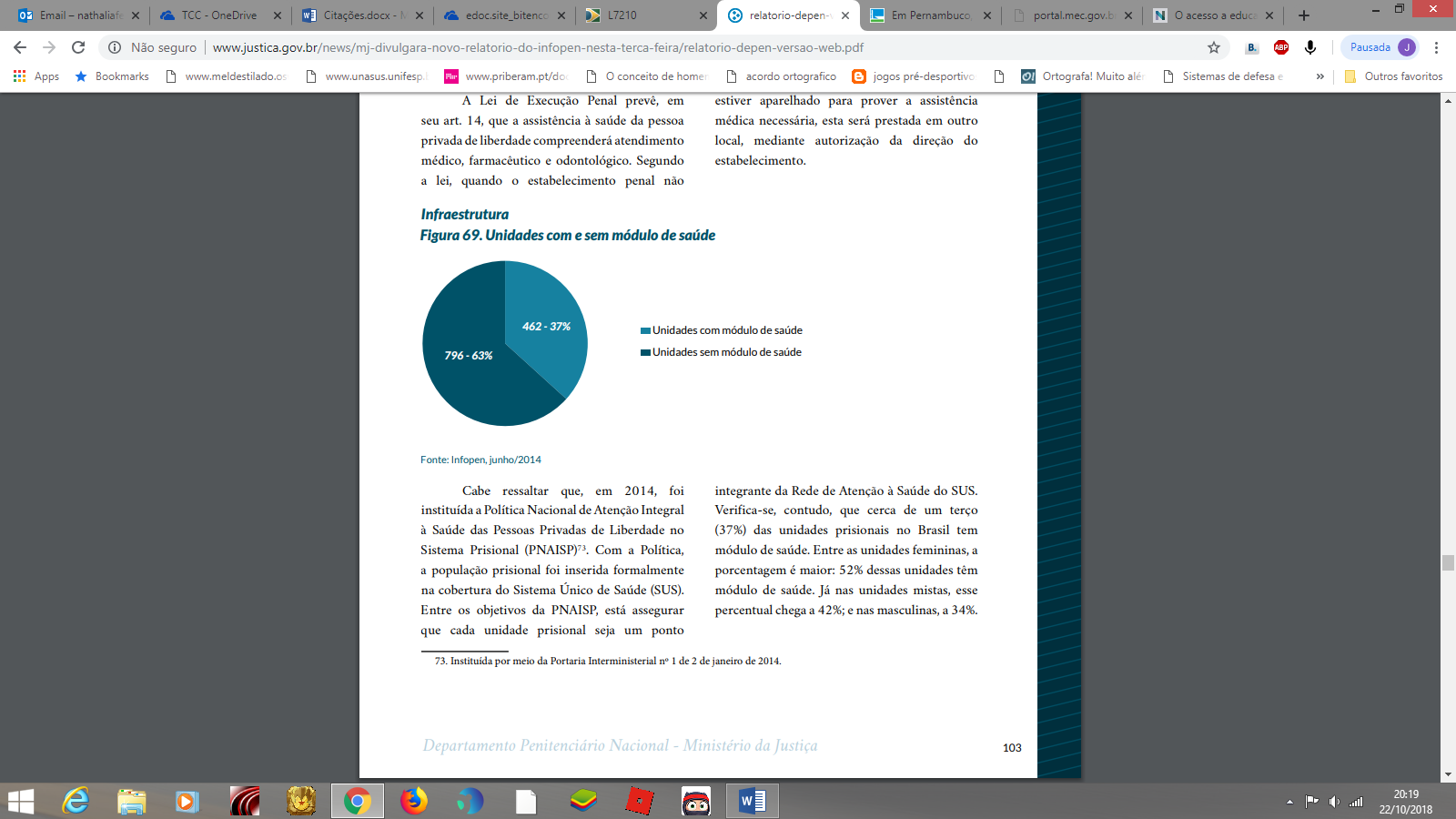
Os detentos são submetidos a viver em um ambiente onde, muitas vezes, não tem nenhuma higiene. Esse tipo de situação só torna ainda mais difícil a ressocialização dos detentos, já que não estão recebendo o mínimo de tratamento humano. O artigo, da LEP, acima mencionado, trata da assistência material, já o artigo 14 da supramencionada lei traz:

A assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico.

É possível observar que a maioria das penitenciárias não dispõem dessa estrutura, o que dificulta ainda mais a vida dos presidiários. Essa falta de estrutura, aliada à falta de saneamento básico, que é a situação de muitas unidades prisionais, acaba virando o ambiente perfeito para proliferação de doenças.

Como é possível ver no levantamento de dados feito pelo INFOPEN (2014), apenas 37% das penitenciárias possuem módulo de saúde, como mostra o gráfico da Figura 1:

Figura 1: Unidades com e sem módulo de saúde.



Fonte: INFOPEN, junho/2014

Grande parte dos presídios funcionam de forma precária. É possível chegar a essa conclusão a partir do levantamento de dados realizado pelo INFOPEN em 2014. Um exemplo disso é o caso dos presídios destinados ao recolhimento de presos provisórios, apenas 25% deles tem módulo de saúde.

De acordo com o INFOPEN (2014), muitas das mortes ocorridas dentro das unidades prisionais são provocadas por doenças, as mais ocorrentes são, HIV, tuberculose e sífilis. Outro fator que contribui para a proliferação dessas doenças é a superlotação nos presídios.

André Rogério dos Santos, que passou cerca de dois anos e meio no sistema prisional, em entrevista dada ao site Brasil de Fato (2017), afirmou:

“Quando uma pessoa passa mal, tem que gritar da cela para chamar o funcionário. E muitas vezes não vem ninguém para atender. Enquanto eu estava lá, aconteceu de um preso morrer na enfermaria por falta de atendimento”.

Esse é só um dos milhares de casos que ocorrem dentro dos presídios no Brasil. Segundo dados do Ministério da Justiça (2017), cerca de 90% da população carcerária vive de forma desumana.

A partir dos fatos destacados, é fácil perceber que a realidade das unidades prisionais muito difere do texto da lei, a qual fala, em seu artigo 41 inciso VII, que é direito do preso:

Art. 41 - Constituem direitos do preso:

VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa;

Verifica-se que esses direitos não são colocados em prática, como já foi demonstrado anteriormente, o que torna ainda mais difícil a ressocialização, pois, como pode ser ressocializado um indivíduo que se encontra em situação degradante?

A falta de assistência médica não é o único problema enfrentado pelos presidiários. O índice de violência dentro dos presídios é consideravelmente alto. Um dos fatores que contribuem para esse índice de violência é a superlotação.

De acordo com Raul Jungmann (2018), em entrevista dada à agência Brasil, atual ministro da Segurança Pública, o Brasil possui, hoje, uma população carcerária de 756 mil detentos, o dobro do número de vagas existentes nas unidades prisionais.

## **3.2 Da violência dentro das unidades prisionais**

A superlotação acaba por causar muita violência dentro dos presídios. É muito comum ver nos noticiários confusões entre detentos dentro das penitenciárias, isso acontece porque grande parte das unidades prisionais operam com uma quantidade de presos superior à capacidade, e, consequentemente, o número de agentes penitenciários é insuficiente para controlar toda a população carcerária, razão essa que acaba tornando mais fácil haver motins e rebeliões. Como é possível ver no gráfico elaborado pelo INFOPEN, Figura 2.

Figura 2: Pessoas privadas de liberdade no Brasil em Junho de 2014.



Fonte: INFOPEN, junho/2014

Essa violência estampa manchetes nos jornais, como exemplo disso é uma reportagem feita por uma TV local de Jaraguá-GO (2018), onde sete detentos saíram de sua cela e, juntamente, espancaram outro detento. Isso ocorre porque, como já foi abordado acima, a população carcerária é muito grande e acaba fugindo do controle dos agentes penitenciários.

Com essa falta de agentes penitenciários, a saída encontrada pelos diretores dos presídios foi a de “nomear” determinados detentos para que estes fiquem responsáveis pelos pavilhões. Esses detentos são chamados de chaveiros, levam esse nome porque ficam responsáveis pelas chaves das celas do pavilhão pelo qual foram incumbidos de supervisionar. Geralmente os detentos escolhidos para essa função são aqueles condenados por crimes mais graves, pela aptidão que têm para impor respeito aos outros detentos.

Uma pesquisa feita pela HUMAN RIGHTS WATCH (2015), aponta que, em alguns presídios do estado de Pernambuco, foi possível detectar que os chaveiros abusam de sua posição para lucrar em cima de outros detentos. Essa é uma das razões pelas quais existe tanta violência dentro das unidades prisionais.

Segundo entrevistas que foram concedidas, tanto por egressos do sistema penitenciário como por parentes de detentos, para a HUMAN RIGHTS WATCH (2015), os chaveiros usam do poder que têm para vender espaços para dormir, tendo em vista a superlotação dos presídios, que por isso não são disponibilizados leitos para todos os detentos e que as celas costumam alojar muito mais indivíduos do que sua capacidade. Os chaveiros se aproveitam disso e vendem esses espaços para dormir e, segundo a HUMAN RIGHTS WATCH (2015), os valores pelos quais são vendidos esses espaços podem chegar até dois mil reais. Também existe a “cota do chaveiro”, um valor semanal que é cobrado aos detentos que deve ser pago sob pena de sofrerem espancamentos.

Para garantir o controle do pavilhão, os chaveiros costumam ter uma “milícia”, e, uma vez que alguém desobedece os comandos do chaveiro, sofre brutas represálias por parte dessa milícia.

A direção das penitenciárias, na maioria das vezes, tem conhecimento dessas “punições” e nada faz para evitar que esse tipo de situação aconteça. Mesmo indo de encontro com o que dispõe o artigo 45, § 1°, da Lei de Execução Penal que traz:

Art. 45. Não haverá falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar.

§ 1º As sanções não poderão colocar em perigo a integridade física e moral do condenado.

Mesmo sendo vetado esse tipo de comportamento pela LEP, é comum ocorrer esse tipo de situação dentro das penitenciárias, como supramencionado. Sem contar que esse tipo de tratamento, ao qual os detentos são submetidos, é inconstitucional, já que o artigo 5º, XLIX, da Constituição Federal afirma que é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.

Como pode ser observado, muitos dos direitos dos detentos, se não todos, são extirpados sem ponderação. A realidade do cumprimento da pena pelo apenado em nada condiz com o que prevê a legislação.

Outra causa da superlotação dos presídios é a quantidade de presos provisórios existentes atualmente nas unidades prisionais. O Código de Processo Penal, em seu artigo 312, traz as hipóteses em que pode ser decretada a prisão preventiva e a partir do que trata o determinado dispositivo é possível chegar à conclusão de que na maioria dos casos é decretada a prisão preventiva do acusado, mesmo ele não preenchendo os requisitos para ficar preso preventivamente.

Esses detentos provisórios, pelo menos grande parcela, não se adequam às hipóteses que preveem a prisão preventiva. O que, além de acarretar a superlotação, acaba prejudicando o próprio detento, tendo em vista que muitas vezes eles foram presos por que cometeram crimes ínfimos e uma vez dentro de uma unidade prisional ele passa a conviver com delinquentes dos mais altos escalões.

Essas são apenas algumas das causas que acabam por dificultar a ressocialização, e, como os meios de ressocializar estão sendo deturpados, fica cada vez mais difícil diminuir os índices de reincidência no crime.

# **Como a política de ressocialização do apenado afeta a sociedade**

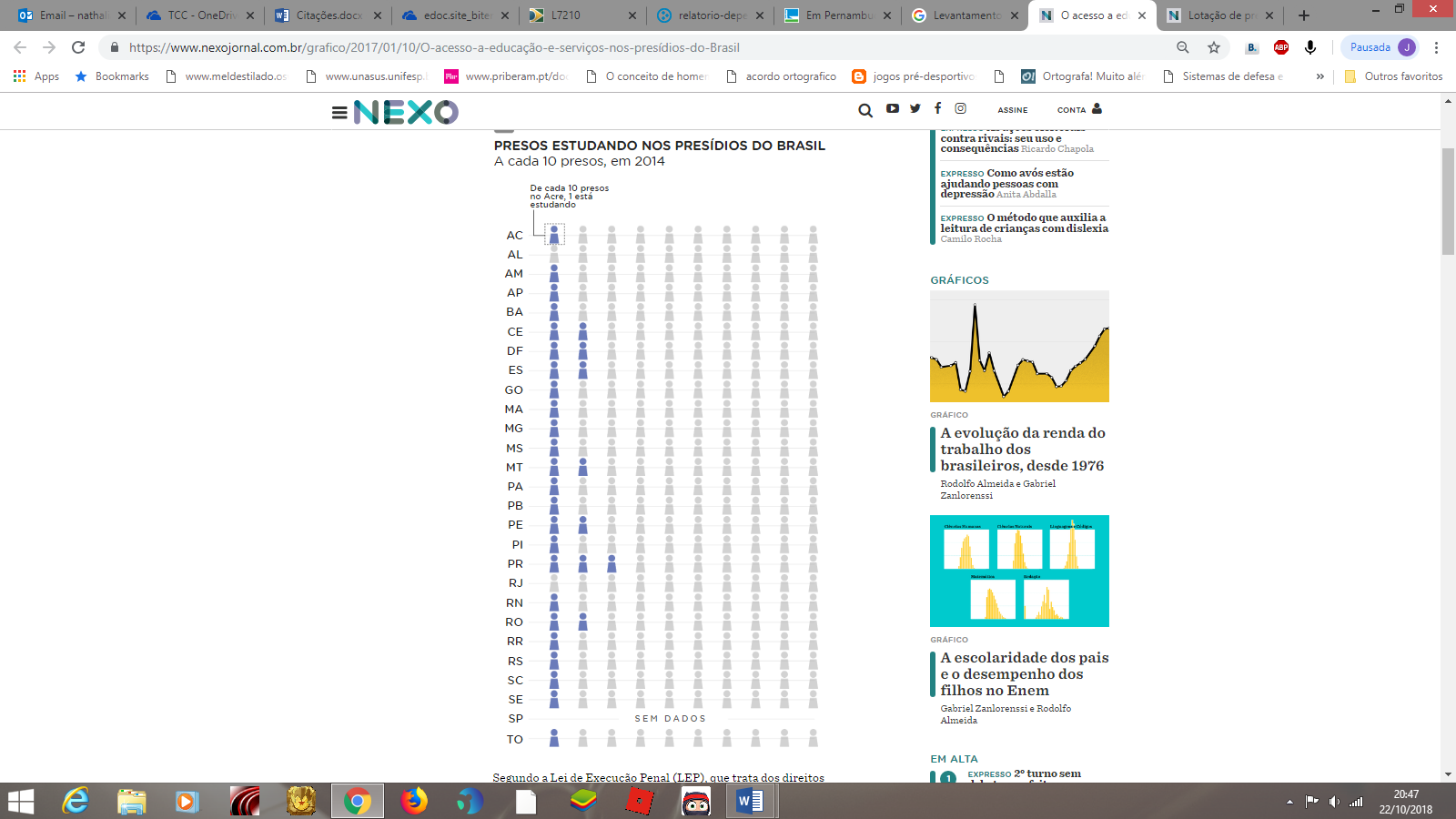
Como já mencionado no tópico anterior, sabe-se que a situação das penitenciárias brasileiras não é nem de longe a adequada. Como mostrado anteriormente e que, também, os detentos vivem sem o mínimo de dignidade.

Todos esses fatores influenciam na ressocialização do detento, tendo em vista que quanto mais precária for a situação em que vive mais difícil será de ressocializá-lo.

Segundo a LEP, é dever do Estado dar ao detento assistência educacional, jurídica, material, social, religiosa e à saúde. Quanto à assistência educacional as penitenciárias deixam muito a desejar tendo em vista que os índices de detentos que tem acesso a ela são ínfimos.

Um levantamento de dados feito pelo INFOPEN no ano de 2014 (Figura 3) mostra que, em média, por estado, a cada dez detentos um tem acesso à educação dentro da penitenciária.

Figura 3: Média de presos que têm acesso à educação dentro das unidades prisionais.

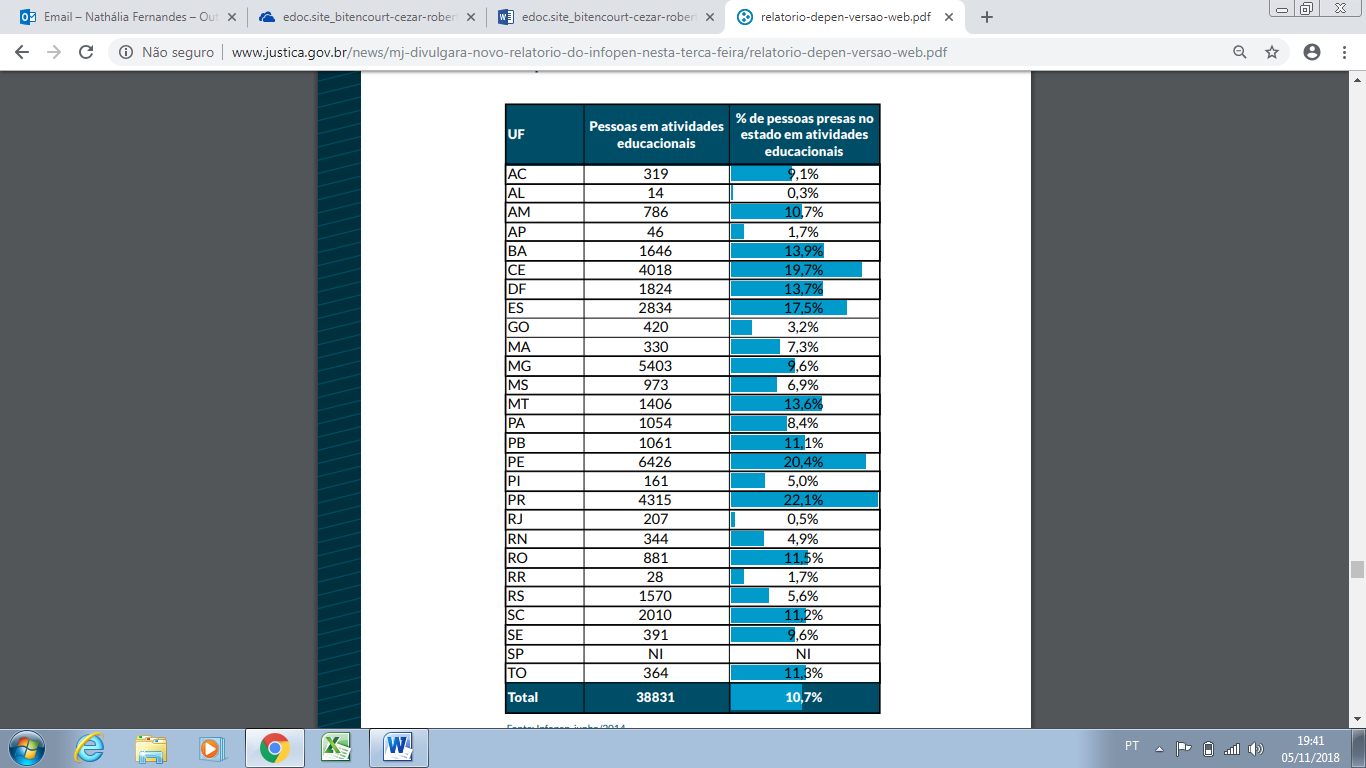


Fonte: INFOPEN, Junho/2014

De acordo com o gráfico, na maioria dos estados, apenas um em cada dez detentos tem acesso à educação, e há casos em que a média não chega nem a isso como é possível ver no estado de Alagoas e Rio de Janeiro. Acontece que muitas unidades prisionais não disponibilizam de vagas suficientes para atender toda a população carcerária e alguns presídios não disponibilizam de escola.

No mesmo levantamento feito pelo INFOPEN no ano de 2014, constatou-se que os estados que mais se sobressaem, nesse aspecto, são o de Pernambuco, onde 20,4% dos detentos estudam e onde existem escolas em todas as unidades prisionais. E o estado do Paraná onde 22,1% dos detentos tem acesso à educação, como apresentado na Figura 4.

Figura 4: Pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades educacionais.



Fonte: INFOPEN, Junho/2014

Enquanto Pernambuco e Paraná disponibilizam uma maior quantidade de vagas aos detentos, quantidade que ainda é pequena comparada à quantidade de reeducandos, há estados em que uma parcela ínfima da população carcerária tem acesso à educação como é o caso de Alagoas, Amapá, Rio de Janeiro e Roraima.

Outro dever do Estado é o de oferecer assistência jurídica gratuita aos detentos. O levantamento nacional de Informações Penitenciária (INFOPEN, 2014 p.101), constatou que:

Aproximadamente, uma em cada quatro unidades prisionais do país não tem prestação sistemática de assistência jurídica gratuita. Em 63% dos estabelecimentos, a prestação é feita pela Defensoria Pública. Entre os outros tipos de assistência jurídica, destacam-se a contratação de advogados diretamente pelas unidades e por meio de empresas terceirizadas. Oito em cada dez unidades do Rio Grande do Norte não apresentam prestação sistemática de assistência jurídica gratuita, no Ceará, cerca de seis em cada dez.

A partir de um levantamento de dados feito pela Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP, 2013), apenas em quatro, dos vinte e sete estados, existe a atuação da Defensoria Pública em 100% das comarcas, são eles Amapá, Roraima, Distrito Federal e Acre. Existia alguns estados que, até o ano de 2013, não possuíam nenhuma das comarcas atendidas pela Defensoria Pública, como era o caso de Goiás, Paraná e Santa Catarina. Também existia Estado que o número de comarcas atendidas chegava a apenas 3,3%, como era o caso do Amazonas. O que pode ser constatado é que boa parte dos reeducandos não gozavam, pelo menos à época, de acesso à assistência jurídica gratuita. Ou seja, mais um direito dos detentos que não era respeitado por completo.

A assistência social, que trata o artigo 22 da LEP, tem como função amparar o preso e o internado e prepará-lo para o retorno à liberdade. Vale lembrar que uma das funções da pena é a de ressocializar o indivíduo para que ele não volte a reincidir.

Outro fator muito importante para a ressocialização do detento, além da educação, é o trabalho. De acordo com a LEP, o trabalho para os detentos tem finalidade produtiva e educativa.

O percentual de trabalho oferecido dentro dos presídios, assim como todas as outras garantias que são deveres do Estado, é muito pequeno e beneficia uma parcela pequena da população carcerária.

A média no país, de detentos que trabalham dentro das unidades prisionais, é de 16%, com exceção do estado de São Paulo que não tem informações a esse respeito.

O trabalho é muito importante para que o detento conquiste valores morais e materiais, como, também, é de suma importância a instalação de cursos profissionalizantes, porque dessa forma facilita a inserção, um vez fora do sistema prisional, do indivíduo no mercado de trabalho (ZACARIAS, 2006). O egresso do sistema prisional especializado em alguma área, além de ser mais fácil para ele conseguir emprego, as chances dele voltar a vida do crime são menores.

Analisando os dados levantados pelo INFOPEN é perceptível que os direitos fundamentais dos detentos não são respeitados, o que dificulta a ressocialização dos mesmos.

A tese do efeito criminógeno, defendida pelos positivistas e que se revitalizou no II Congresso Internacional de Criminologia (Paris, 1950) há algumas décadas, nunca esteve tão atual:

Considera-se que a prisão, em vez de frear a delinquência, parece estimulá-la, convertendo-se em instrumento que oportuniza toda espécie de desumanidade. Não traz nenhum benefício ao apenado; ao contrário, possibilita toda sorte de vícios e degradações.

Como demonstrado, o problema da desumanização nas penitenciárias não é de hoje, e com o aumento da população carcerária o quadro só se agrava. Sem tratamento e instalações adequadas fica impossível reeducar esses indivíduos. Como já demonstrado no presente trabalho, é necessário investimento em educação, saúde e segurança dentro dos presídios, porque apenas assim será possível ter uma política ressocializadora que traga benefícios tanto aos detentos como a sociedade como um todo.

Porém, é difícil ocorrer esses investimentos nas unidades prisionais, tendo em vista que para a população os detentos são a escória da sociedade. Não existe plano de governo para eles e políticas públicas para ressocialização dos apenados, como já demonstrado, quase não existem. Isso ocorre porque a sociedade acredita que preso não deve ter direitos e ainda há quem defenda que os direitos humanos só servem para “bandidos”.

E, com uma alteração realizada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) do Ministério da Justiça, ficou ainda mais difícil ter uma política ressocializadora eficaz, tendo em vista que o mencionado órgão aprovou mudanças na resolução de número 9, de 2011. Essa resolução determina as diretrizes para a criação de projetos, reforma e construção das unidades prisionais. Essa alteração desobriga que os estabelecimentos prisionais construam os ambientes de forma proporcional à quantidade de detentos.

Com essa alteração, espaços, que antes eram obrigados a serem proporcionais, hoje podem ser de qualquer tamanho, independente da população carcerária existente, com exceção das celas e dos locais onde ocorrem os atendimentos de saúde. Essa mudança ocorreu para facilitar a construção de novos presídios e diminuir o problema da superlotação. Segundo o consultor em modelo de gestão prisional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PUND) a alteração foi um retrocesso.

# **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A violência é um problema gravíssimo no Brasil. A quantidade de furtos, roubos e homicídios ocorridos diariamente são exorbitantes. O reflexo dessa violência, e de um judiciário seleto, é a superlotação das penitenciárias. E essa superlotação traz consigo mais problemas do que soluções.

Foi visto no presente trabalho que uma das funções da pena é a ressocialização do indivíduo apenado, porém, apesar de ser dever do Estado, este não oferece as condições necessárias para que o indivíduo preso volte para a sociedade ressocializado.

Existem duas maneiras que poderiam ser adotadas para resolver a questão da superlotação nas penitenciárias brasileiras, uma a médio prazo e outra a longo prazo.

A médio prazo poderiam ser revistas as prisões dos apenados, onde, para aqueles que cometeram crimes menos graves, deveria ser adotada uma pena diferente da restritiva de liberdade, como por exemplo a pena de multa ou até mesmo a restritiva de direitos, já que a maior parte da população carcerária é de classe baixa. Outro procedimento importante que poderia ser adotado é rever a questão dos presos provisórios que, assim como foi visto no trabalho, muitas vezes tem prisão preventiva decretada mesmo não atendendo aos requisitos solicitados pela legislação. Sem contar que também existe a questão da lei de drogas, que não especifica a partir de que quantidade deve ser considerado tráfico, e por existir essa ausência de especificação na legislação muitos usuários acabam sendo recolhidos a penitenciária e passam a responder processo por tráfico, quando na verdade aquele indivíduo deveria receber tratamento para curar-se do vício.

A alternativa a longo prazo seria o investimento em educação, a básica, média, técnica e superior. Um país com uma boa educação pública tende a ter um menor índice de violência, a exemplo disso podem ser citados os países de primeiro mundo, onde existe uma excelente educação pública e, consequentemente, por essa razão os índices de violência são menores.

Também poderia ser adotado, a longo prazo, um maior investimento nas unidades prisionais, para que assim os presídios possam oferecer uma melhor qualidade de vida aos detentos, fator que é de suma importância para ressocialização do apenado. Com mais investimento nas penitenciárias seria possível ampliar a quantidade de vagas oferecidas para educação dentro do sistema prisional. Uma maior quantidade de detentos teria acesso à educação básica, média até mesmo a cursos profissionalizantes, que são de máxima importância como fator ressocializador, porque uma vez que o indivíduo sai do sistema prisional especializado em determinada área, para ele será mais fácil adquirir um emprego e dessa forma diminuem as chances dele voltar a vida do crime.

Com isso conclui-se que a ressocialização no Brasil não serve ao seu propósito, tendo em vista os autos índices de reincidência. É possível chegar a essa conclusão após analisar os dados informados no presente trabalho, tendo em vista que é necessário todo um aparato ao apenado para que este possa ser reinserido a vida em sociedade ressocializado, e não há essa assistência ao indivíduo recluso nas penitenciárias brasileiras, como pôde ser visto ao longo do trabalho, o que dificulta esse processo de ressocialização.

**REFERÊNCIAS**

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE CRIMONOLOGIA. Paris, 1950.

ANADEP. **Associação Nacional dos Defensores Públicos**. Brasil, 2013, p. 53.

BERNARDES, José Eduardo. **Superlotação dos Presídios Facilita Proliferação de Doenças**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/08/15/superlotacao-dos-presidios-facilita-proliferacao-de-doencas-afirma-medica/. Acesso em: 08 de outubro de 2018.

BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Novas Penas Alternativas**. 3 ed. São Paulo:

Saraiva, 2006, p 03.

BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da Pena de Prisão**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 28.

BRASIL, Constituição da república federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: centro gráfico, 1998.

BRASIL, Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Dispõe sobre execução penal. Diário oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 11 jul. 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/LEIS/L7210.htm. Acesso em: 03 de setembro de 2018.

DAMÉ, Luiza. **Prisões são o Principal Nó da Segurança**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-06/ministro-diz-que-sistema-penitenciario-e-o-principal-no-da-seguranca. Acesso em: 17 de setembro de 2018.

GALVÃO, Fernando. **Direito Penal: parte geral**. 2 ed. Belo Horizonte: Delrey, 2007, p. 21.

GALVÃO, Fernando. **Direito Penal: parte geral**. 2 ed. Belo Horizonte: Delrey, 2007, p. 32.

HUMAN RIGHTS WATCH. **O Estado Deixou o Mal Tomar Conta**. Estados Unidos da América, 2015. Disponível em <https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/brazil1015port_forupload.pdf>. Acesso em: 22 de outubro de 2018.

INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Brasil, 2014, p. 101.

INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Brasil, 2014, p. 103.

INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Brasil, 2014, p. 115.

INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Brasil, 2014, p. 116.

JESUS, Damásio E. **Penas Alternativas**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 25.

ZACARIAS, André Eduardo de Carvalho. **Execução Penal Comentada**. 2 ed. São Paulo: Tend ler, 2006.